



Reparação de danos não patrimoniais laborais

Ação de Formação Contínua Tipo D

Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal - 17 de março de 2017

Destinatários: Magistrados/as judiciais e do Ministério Público.

- Objetivos:**
- Compreender os efeitos sobre a saúde física e psíquica dos trabalhadores resultantes da violação de direitos laborais em contextos de despedimento ilícito, de assédio e de violação do dever de ocupação efectiva
 - Identificar e avaliar os danos não patrimoniais relevantes para efeitos de indemnização, na perspectiva da doutrina e da jurisprudência.

Programa

Manhã

10h00

Saúde Ocupacional e fatores psicossociais relacionados com práticas laborais nocivas: a perspetiva do médico do trabalho

António de Sousa Uva, Professor Universitário, Escola Nacional de Saúde Pública (UNL)

11h00

Avaliação dos danos não patrimoniais do trabalhador resultantes de despedimento ilícito - análise de jurisprudência

Maria José Costa Pinto, Juíza Desembargadora, Tribunal da Relação de Lisboa

Moderação: **Mário Lisboa**, Procurador da República, Juízo do Trabalho de Setúbal

Tarde

14h00

Os danos não patrimoniais laborais reparáveis à luz do Código Civil e do Código do Trabalho – perspetiva doutrinal

Filipe Miguel Cruz de Albuquerque Matos, Professor Universitário, Universidade de Coimbra

15h00

Avaliação dos danos não patrimoniais do trabalhador resultantes de assédio e de violação do dever de ocupação efectiva - análise de jurisprudência

Rita Garcia Pereira, Advogada

Moderação: **Luís Filipe Melo e Silva**, Juiz de Direito, Juízo do Trabalho de Setúbal